



Número do Processo

001767/2020

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ASSUNTO

TR PARA IMPULSIONAMENTO DE CONTEÚDO NAS REDES SOCIAIS

INTERESSADOS

ASCOM - ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL

PROCESSOS ANEXADOS

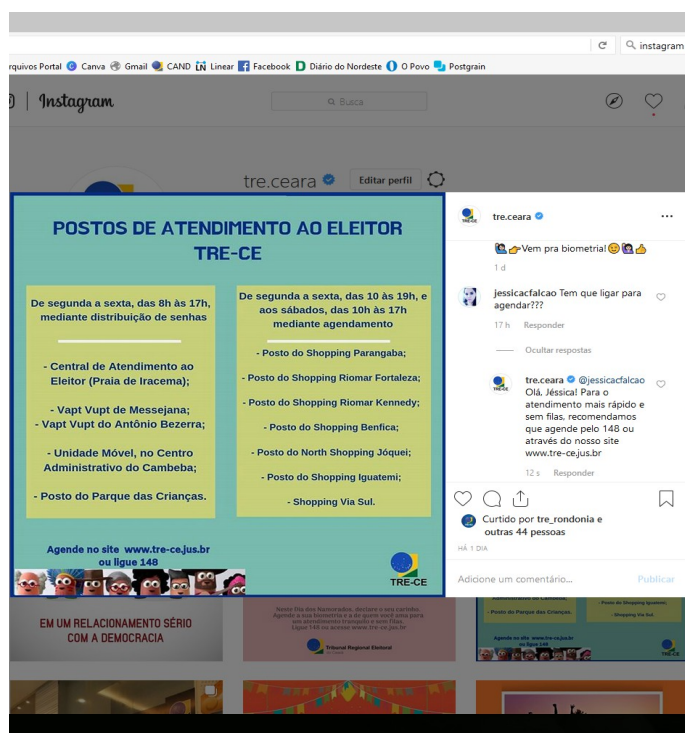
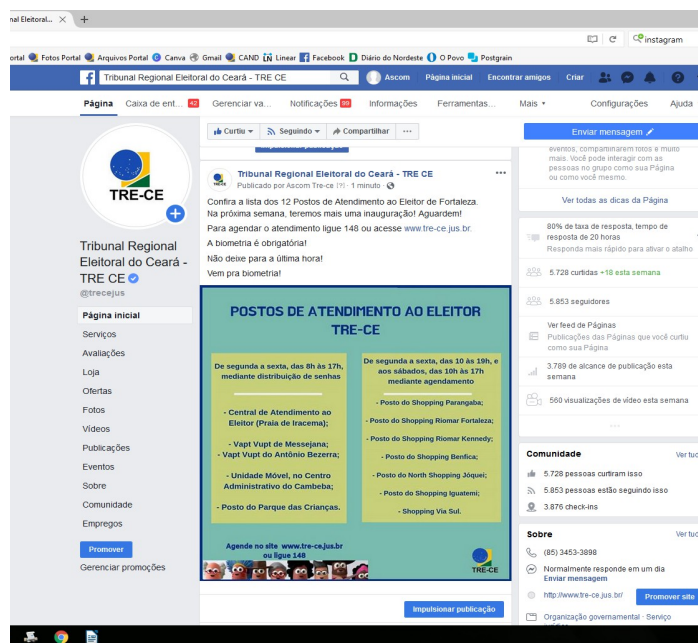


TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação do Facebook Serviços Online do Brasil LTDA (www.facebook.com) para veicular anúncios das campanhas da biometria do Tribunal Regional Eleitoral da Ceará (TRE-CE), no Facebook e no Instagram, através de imagens (1080 x 1080 px) e vídeos de até 1 minuto de duração Tempo máximo de vídeo no feed do Instagram).

CATSER: 24988



Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 30/01/2020 16:12:28

Por: VIVIANE LIMA MAZULO

TRE

2. JUSTIFICATIVA

Diante da proximidade do prazo final para a regularização do título de eleitor, transferência e alistamento no Brasil, o TRE-CE necessita de uma comunicação ágil e direcionada para alcançar o seu público de relacionamento, por local e faixa-etária, proporcionada pelas redes sociais Facebook e Instagram.

As redes sociais, utilizadas de forma mais intensa desde 2018, são, segundo a avaliação da Assessoria de Comunicação Social, a forma mais rápida, eficiente e econômica de alcançar o nosso público.

3. INEXEGIBILIDADE

Segundo o último levantamento do *Statista* (renomado portal de estatística mundial), divulgado em fevereiro de 2019, o Brasil é o terceiro país do mundo em número de usuários do Facebook, totalizando 130 milhões de pessoas (<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/02/28/brasil-e-3a-maior-base-do-facebook.html>). A presença tão forte de brasileiros no Facebook é uma ótima oportunidade para divulgar o que necessitamos ao nosso público de relacionamento.

Portanto, por se tratar da rede social de maior adesão de pessoas do Brasil e do mundo, concentra grande parte do público com o qual queremos nos comunicar. Ademais, apesar de existirem outras redes sociais, com funções diversas, a exemplo do LinkedIn (rede social para divulgação de currículos), não existe empresa que concorra com o Facebook/Instagram.

O Instagram certamente é o canal de rede social mais eficiente na atualidade. Conta com 800 milhões de usuários em todo planeta. O Brasil ocupa o segundo lugar no número de usuários, superado apenas pelos Estados Unidos. Um dos motivos do sucesso do Instagram é a renovação constante das novidades e recursos oferecidos. Os Stories não param de crescer e já contam com 250 milhões de usuários mundiais. O Brasil também se destaca na utilização dessa ferramenta.

Ressalte-se que a comunicação, via página oficial do TRE-CE no Facebook e Instagram, que pertencem ao mesmo grupo, torna-se mais eficiente por conta da segmentação possibilitada pelo impulsionamento pago. A divulgação pode ser escolhida por sexo, idade, localização e interesse, dentre outros.

4. DESCRIÇÃO GERAL

Ao veicular uma publicação patrocinada pelo Tribunal, o *Facebook* e o *Instagram* divulgam o anúncio na linha do tempo do público indicado. Exemplo: regularização do título de eleitor, transferência e alistamento no município de Fortaleza.; o Tribunal pode preparar uma postagem específica e direcionar o alcance por faixa etária ou por outra característica específica do nosso público.

A proposta é veicular um *post* patrocinado por mês, com duração de sete dias, cada, e alcance projetado pelo *Facebook* de 24.000 a

180.000* pessoas por dia. No Instagram, o alcance calculado é de 87.000 a 230.000 pessoas por dia com investimento de R\$ 2.000 (dois mil) reais por anúncio, com custo de R\$ 285,714 por dia, sendo R\$ 1.000,00 (um mil) para cada plataforma, por mês.

Definimos como público-alvo eleitores de 25 a 50 anos, da cidade de Fortaleza, já que quem fez o título a partir de 2014 já fez com biometria.

Os critérios de alcance são idade e localização (Fortaleza).

*Segundo a plataforma, a variação do número de usuários alcançados varia de acordo com as informações contidas nas imagens, ou seja, imagem com menos texto chega a maior número de pessoas.

Investimento mensal	Custo/dia	Alcance por postagem nas duas plataformas
R\$ 2.000,00	285,714	111.000 a 410.000

5. OPERACIONALIZAÇÃO DA VEICULAÇÃO DOS ANÚNCIOS: PRAZOS E CONDIÇÕES

O *Facebook* e o *Instagram* não assinam formalmente contratos, utilizam um modelo de negócio automatizado, que se assemelha a um contrato de adesão: paga-se um valor que fica creditado na conta de anúncios do Tribunal no *Facebook/Instagram* e, na medida em que forem veiculadas as postagens, o valor respectivo será debitado da conta. O monitoramento do montante creditado pode ser feito em tempo real pela equipe de fiscalização.

Os anúncios serão veiculados mensalmente, pelo período de sete dias, contendo imagens, imagens/textos e vídeos institucionais. Ao impulsionar uma postagem, a plataforma informa a expectativa de alcance, e após sua veiculação, oferece estatísticas de visualizações, cliques e engajamento (compartilhamentos e comentários).

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será feito antecipadamente através de boleto bancário para aquisição de créditos nas plataformas. No total ou em parcelas mensais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o planejamento da Comunicação.

7. ORIGEM DOS RECURSOS

Orçamento da Biometria 2020

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

9. CRITÉRIO DE ESCOLHA

Contratação por inexigibilidade

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Por se tratar de uma plataforma online, o Facebook que também detém o Instagram nos leva a aderir seus termos e condições para Anúncio:

1. Resgatando um cupom de crédito para anúncio ("Cupom"), você concorda em seguir os termos no email ou outra notificação enviada para você com os detalhes do Cupom e, também, em cumprir esses Termos e Condições (conjuntamente, "Termos de Cupom de Anúncio"). Caso não concorde com qualquer aspecto dos Termos de Cupom de Anúncio, não use os Cupons.
2. A emissão e o uso dos Cupons também estão sujeitos a todos os procedimentos e políticas do Facebook aplicáveis, incluindo, sem limitações, os Termos de Serviço do Facebook ([disponíveis aqui](#)), os Termos Comerciais do Facebook ([disponíveis aqui](#)) e as Políticas de Publicidade do Facebook ([disponíveis aqui](#)).
3. É necessário ter uma conta de anunciante com boa reputação no Facebook para resgatar Cupons. O Facebook é o único responsável por determinar se sua conta tem boa reputação, e a decisão tomada a este respeito é final.
4. Os Cupons não têm valor monetário, reembolso ou dinheiro, ou tampouco qualquer outro substituto será fornecido se todos ou alguns dos Cupons não forem resgatados antes da data de validade aplicável.
5. Os Cupons não serão substituídos se perdidos, roubados ou de qualquer outra forma forem considerados irresgatáveis. Caso suspeite que um Cupom está sendo usado sem sua permissão ou em violação aos Termos de Cupom de Anúncio, entre em contato com o Facebook imediatamente.
6. Todos os resgastes de Cupom são finais e estão sujeitos a análise e verificação pelo Facebook.
7. Os Cupons são nulos nos seguintes casos: (i) o uso é restrito, proibido ou taxado; (ii) a obtenção destes não ocorrer por canais legítimos; (iii) qualquer parte do Cupom é falsificada, alterada, incorreta, adulterada ou irregular de alguma outra forma; (iv) o Cupom é obtido mediante fraude ou artimanha; (v) ou nos casos em que outras restrições são aplicáveis.
8. O Facebook conserva o direito de cobrar você por anúncios pagos envolvendo Cupons se o uso destes violar os Termos de Cupom de Anúncio.
9. O Facebook pode alterar, suspender ou cancelar os Cupons a qualquer momento, sem a necessidade de aviso prévio ou consentimento.
10. Todas as perguntas ou problemas relacionados a Cupons serão determinados a exclusivo critério do Facebook, e suas decisões a este respeito são finais e vinculantes.
11. Você não deve usar Cupons que, de qualquer forma, possam violar as leis aplicáveis, inclusive de maneira a caracterizar suborno, propina, contribuição ilegal à campanha, ou

qualquer outra violação de leis anticorrupção, atividades políticas ou outras legislações aplicáveis.

12. Sendo uma entidade política ou governamental ou agente público, você concorda que seu recebimento e uso dos Cupons está em conformidade com todas as regras e regulamentos aplicáveis a sua entidade ou organização responsável pela aceitação de itens importantes. Uma entidade governamental inclui, mas não está limitada a, agências governamentais em qualquer nível, empresas pertencentes ou controladas por uma entidade governamental ou agente público, bem como organizações internacionais públicas (como as Nações Unidas ou a Organização Mundial da Saúde). São representantes do governo todos os agentes públicos, funcionários e pessoas exercendo uma função pública em nome de qualquer um dos entes acima citados, bem como membros familiares. Um entidade pública ou agente público significa partidos políticos, campanhas e candidatos, incluindo quaisquer dirigentes, funcionários e outras pessoas exercendo funções públicas em nome deles, bem como membros familiares,
13. O Facebook pode atualizar ou retificar os Termos de Cupom de Anúncio a qualquer momento sem aviso prévio a você.
14. Estes Termos governam seu uso dos Cupons. O Uso dos Cupons faz parte do "Produtos do Facebook" de acordo com os Termos de Serviço do Facebook (<https://www.facebook.com/legal/terms>), e o uso que você faz deles é considerado parte de seu uso do "Facebook" e ações nos citados produtos. Estes Termos não substituem quaisquer termos aplicáveis a sua compra de inventário de anúncios do Facebook, e tais termos continuarão sendo aplicados às campanhas de anúncios para as quais você esteja usando os Cupons. No caso de qualquer conflito entre estes Termos e os termos referidos ou os Termos de Serviço, estes Termos regerão unicamente seu uso dos Cupons e unicamente na medida do conflito. O Facebook reserva-se o direito de monitorar ou auditar sua conformidade com estes termos e atualizá-los de tempos em tempos, e o uso continuado desses recursos constitui sua aceitação dessas alterações.

11. PENALIDADES

Contrato de adesão com termos descritos no item 10.

11.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

a) advertência;

b) multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia, limitada ao percentual máximo de 10% (dez por cento), por atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência;

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º

desta Lei;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

11.3. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4. As sanções estabelecidas nos itens 2.a, 2.e, 2.f e 2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 2.c e 2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.5. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

11.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo”.

12. VIGÊNCIA

O prazo de veiculação dos anúncios deve ser encerrado no dia 30 de abril de 2020, data em que devem ser utilizados todos os créditos restantes, para as últimas postagens, em ambas as plataformas, já que na semana seguinte, será o prazo final para regularização do título de eleitor, transferência e alistamento no Brasil.

13. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Indicam-se as servidoras Aline Oliveira Martins e Viviane Lima Mazulo, ambas lotadas na ASCOM, para atuarem, respectivamente, como gestora e gestora substituta da presente contratação.

Fortaleza, 29/01/2020.

Aline Oliveira Martins
Assessora de imprensa



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 013015/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIANE LIMA MAZULO <i>Assinado eletronicamente em 30/01/2020 16:12:28</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 30 de Janeiro de 2020.

Informo que, na data de hoje, estou substituindo eventualmente a titular da assessoria de imprensa, comunicação social e cerimonial.

VIVIANE LIMA MAZULO
ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL
(substituição da titular)



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 013023/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIANE LIMA MAZULO <i>Assinado eletronicamente em 30/01/2020 16:15:41</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de exame jurídico do Termo de Referência, objeto do documento PAD nº 13.015/2020, visando a Contratação do Facebook Serviços Online do Brasil LTDA (www.facebook.com) para veicular anúncios das campanhas da biometria do Tribunal Regional Eleitoral da Ceará (TRE-CE), no Facebook e no Instagram, através de imagens (1080 x 1080 px) e vídeos de até 1 minuto de duração Tempo máximo de vídeo no *feed* do Instagram).

Ressalta-se que essa informação segue o padrão adotado pela Portaria Diger n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios.

A seguir, a análise jurídica:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM/NÃO	DOC. PAD.	OBSERVAÇÃO
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	Pad nº 1.767/2020	
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	Pad nº 13.015/2020	OBS: Ausência dos Documento Oficial da Demanda e dos Estudos Preliminares.
3. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 2 e 4)	
4. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 2)	



9.784/99)?			
ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA	SIM/NÃO	DOC. PAD.	OBSERVAÇÃO
5. Objeto descrito de forma sucinta e clara?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 1)	
6. Finalidade e justificativa da contratação?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 2)	
7. Especificação dos elementos que caracterizam o objeto?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 4)	
8. Obrigações da Contratada?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 10)	
9. Prazos, condições e local de entrega e/ou instalação do serviço?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 4)	
10. Obrigações da Contratante?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 10)	
11. Critério de escolha/especificação dos serviços?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 9)	
12. Das condições do pagamento?	Sim	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 6)	
13. Penalidades?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 11)	
14. Vigência do contrato?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 12)	
15. Fiscalização do Contrato e indicação dos Gestores	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 13)	
16. Assinaturas do Termo de Referência pelo Gestor e Secretário?	SIM		
17. Catálogo de Materiais (CATMAT)/ Catálogo de Serviços (CATSER)?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (Item 1)	



Esta Assessoria entende que a presente contratação é caracterizada pela inviabilidade e, portanto, pode ser efetivada de forma direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, caput, da Lei 8666/9.

Observa-se que a Lei nº 12.232/2010, que trata de publicidade, exige a contratação de agências de propaganda para os serviços lá descritos. Conforme doc PAD nº113.330/2019, o TRE-BA consultou a Zênite acerca da obrigatoriedade de sujeição às regras da Lei nº 12.232/2010 em contratação igual a que se analisa neste processo, tendo a Zênite informado que não incide a Lei nº 12.323/2010 “se a contratação de anúncios no facebook e twitter representar uma necessidade isolada e não envolver a elaboração dessas peças, entende-se não incidir a Lei nº 12.232/2010”.

Verifica-se na descrição do objeto no Termo de Referência que a atividade a ser contratada é a mera veiculação de anúncios, ou seja, não estamos diante de um “conjunto de atividades realizadas integradamente” (art. 2º Lei 12.232/10), pois o TRE-CE será responsável por preparar o material que será divulgado (item 4 do Termo de Referência).

Em relação ao pagamento, realizado antecipadamente, e, na medida em que veiculadas as postagens, trata-se de condição imposta pela empresa, como regra não permitida na seara pública, ocorre que excepcionalmente, considerando a necessidade da contratação, a falta de alternativas e o diminuto valor, há que se entender como caracterizada a exceção, cabendo a gestora fiscalizar a execução do serviço.

Verificou-se a ausência do Documento Oficial da Demanda e dos Estudos Preliminares, no entanto, considerando o valor da contratação e a necessidade da urgência da contratação devido à proximidade do fechamento do cadastro eleitoral, sugere-se a dispensa dos referidos documentos.

Ante o exposto, essa Assessoria entende justificada a contratação direta com fundamento no art. 25, caput da Lei 8.666/93. Feita a análise, verifica-se que o documento, salvo melhor juízo, atende às exigências contidas na Lei n.º 8.666/1993 e na Portaria TRE/CE n.º 1.240/2009, assim, **sugere-se a aprovação do Termo de Referência.**

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

De acordo.

Rafael Veras Paz
Assessor-Chefe da Asdir
Mat. n.º 62.550

Lílian Rebouças de Araújo
Analista Judiciário
Mat. n.º 77.412



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 018447/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	LILIAN REBOUCAS DE ARAUJO <i>Assinado eletronicamente em 07/02/2020 11:35:50</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RAFAEL VERAS PAZ <i>Assinado eletronicamente em 07/02/2020 13:09:12</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 1.767/2020

DESPACHO

R.h.

Acolho a sugestão da ASDIR e **aprovo**, desde já, o termo de referência contido no doc. n.º 13.015/2020 conforme art. 14 da Lei n.º 8.666/1993.

À COLIC, para providências relativas à contratação.

Em seguida, à Assessoria de Imprensa e Comunicação Social e Cerimonial, para ciência da Portaria nº 539/2019 que estabelece a obrigatoriedade de apresentação do Documento de Oficialização da Demanda e dos Estudos Preliminares em processos formais de trabalho das aquisições do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, devendo tal Assessoria obedecer a referida Portaria nas próximas demandas.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 018599/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 07/02/2020 13:12:37</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 7 de Fevereiro de 2020.

PAD nº 1767/2020

À COLIC/SELIC, para manifestação acerca da contratação por inexigibilidade.

Após, à SOF para informar disponibilidade orçamentária.

MARCELO HENRIQUE DE ARAÚJO NOGUEIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, em exercício



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 018634/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCELO HENRIQUE DE ARAUJO NOGUEIRA <i>Assinado eletronicamente em 07/02/2020 14:08:59</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 7 de Fevereiro de 2020.

À
SEÇÃO DE COMPRAS

Para cotação de preços.

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 018707/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 07/02/2020 14:29:02</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 026/2020

ORIGEM:	SEÇÃO DE COMPRAS	
	Coordenadoria: COLIC	Secretaria: SAD
DESTINO:	COORD. LICITAÇÕES E CONTRATOS	
DATA:	10/02/2020	

protocolo

Sr.^a Coordenadora,

Trata-se cotação de preços para contratação objeto do PAD nº 1767/2020 – Contratação da empresa FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA, por inexigibilidade de licitação, em conformidade com o artigo 25, *caput*, da Lei nº 8666/93 e com a Instrução Normativa nº 5/2014, alterada pela IN nº 7/2014 e 3/2017, do SLTI/MPOG.

Informa-se que a contratação de anúncios no facebook, é através do pagamento de boleto bancário que deve ser impresso diretamente do site, pelo responsável pelo gerenciamento da página do facebook deste Tribunal. Algumas informações constam do termo de referência: “*O Facebook e o Instagram não assinam formalmente contratos, utilizam um modelo de negócio automatizado, que se assemelha a um contrato de adesão: paga-se um valor que fica creditado na conta de anúncios do Tribunal no Facebook/Instagram e, na medida em que forem veiculadas as postagens, o valor respectivo será debitado da conta. O monitoramento do montante creditado pode ser feito em tempo real pela equipe de fiscalização.*” No site da facebook existem todos os passos para a respectiva contratação.

O termo de referência foi publicado na *homepage* deste Tribunal, buscando atender aos princípios da transparência e publicidade.

Segue a documentação da empresa que encontra-se regularizada, com exceção da declaração da Lei nº 9.864/2019, que não foi apresentada, por impossibilidade de contato com responsável pela empresa. Toda a documentação foi retirada de sites da internet através do cnpj da empresa.

Até o final da cotação de preços, o termo de referência não sofreu alteração, desde o documento inicial nº 713015/2020, anexado ao PAD em 30/01/2020.

EMPRESA	CNPJ	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.	13.347.016/0001-17	2.000,00	10.000,00

Respeitosamente,

Raquel Cordeiro Gadelha Santos
Chefe da Seção de Compras
mat. 13050

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 10/02/2020 14:01:20
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019123/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 10/02/2020 14:01:20</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Zimbra: Spam (1) f Opções de pagamento ac... f Como funciona a cobrança...

https://www.facebook.com/business/help/716180208457684

facebook para empresas Central de Ajuda de Anúncios Como podemos ajudar?

Página inicial Anúncios Páginas Cobrança Otimização Gerenciamento Instagram Criar um anúncio

COBRANÇA

Como funciona a cobrança

NOÇÕES BÁSICAS

- > Como funciona a cobrança de anúncios
- Quando você pagará pelos anúncios do Facebook
- Orçamentos, limites de gastos e limite de cobrança
- Fazer um pagamento antes do vencimento da fatura
- Diretrizes de cobrança para anúncios sem impressões ou cliques

Como funciona a cobrança de anúncios no Facebook

Ao anunciar no Facebook, você define um orçamento para cada anúncio veiculado e tenta gastar seu orçamento igualmente pelo tempo que seus anúncios são veiculados (a não ser que você use a [veiculação acelerada](#)). Você não será cobrado além do orçamento que definiu. Lembre-se, [você está sempre no controle](#) de quanto gasta.

É importante lembrar a diferença entre orçamento e gasto:

- **Orçamento:** a quantidade em dinheiro que você deseja gastar ou pretende gastar na veiculação do seu anúncio.
- **Gasto:** a quantidade que você efetivamente pagará (em outras palavras, quanto dinheiro foi usado do seu orçamento máximo).

Quando você está definindo seu orçamento para os anúncios do Facebook, essa não é necessariamente a quantidade que você vai gastar. Por exemplo, você não compra um anúncio por US\$ 100. Você define um orçamento máximo de US\$ 100 para ser gasto no anúncio em um determinado período usando uma das opções de orçamento abaixo. Portanto, se você definir um orçamento de US\$ 100 para ser gasto em um anúncio durante um mês, mas somente US\$ 70 for gasto durante este mês com base no desempenho do anúncio, sua conta será de US\$ 70.

Orçamentos diário e vitalício

Há dois tipos de orçamentos que você pode definir para controlar seus gastos em um determinado conjunto de

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 10/02/2020 15:17:09
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Zimbra: Spam (1) X f Opções de pagamento ac... X f Como funciona a cobranç... X +

https://www.facebook.com/business/help/716180208457684

facebook para empresas Central de Ajuda de Anúncios Como podemos ajudar?

Página inicial Anúncios Páginas Cobrança Otimização Gerenciamento Instagram Criar um anúncio

1/1

Documentos exigidos para entidades comerciais

COBRANÇAS E RECIBOS +

CONFIGURAÇÕES DE PAGAMENTO +

SOLUCIONAR PROBLEMAS +

- **Orçamentos diários:** o valor médio que você está disposto a gastar em um conjunto de anúncios todos os dias. [Saiba mais.](#)
- **Orçamentos vitalícios:** é a quantia que você está disposto a gastar ao longo de todo o tempo de execução do seu conjunto de anúncios. [Saiba mais.](#)

Como você é cobrado

O preço dos Anúncios do Facebook é baseado em um sistema de leilão em que os anúncios competem por impressões com base no lance e no desempenho. Quando você veicular seu anúncio, será cobrado apenas pelo número de cliques recebidos ou pelo número de impressões do seu anúncio. Saiba mais sobre [o sistema de veiculação de anúncios do Facebook \(leilões de anúncios\)](#).

Quando você pagará

Quando você pagará pelos anúncios depende de como você pagará por eles. Ao criar seu primeiro anúncio no Facebook, você adicionará uma forma de pagamento à conta de anúncios e essa forma de pagamento determinará a configuração do pagamento. Existem duas configurações de pagamento principais para anúncios do Facebook:

- **Pagamentos automáticos:** cobraremos automaticamente sempre que você atingir determinado valor, chamado de limite de cobrança, e na data da fatura mensal quando houver gastos pendentes. É dessa forma que você pagará se utilizar o PayPal ou a maioria dos cartões de débito e de crédito para comprar anúncios.
- **Pagamentos manuais:** você adicionará fundos à conta primeiro e faremos a dedução desse valor uma vez ao dia enquanto você estiver veiculando os anúncios. É assim que você pagará se usar uma [forma de pagamento manual](#) (como PayTM ou boleto bancário) para comprar anúncios. Com [pagamentos manuais](#), você não terá um limite de cobrança.

Saiba mais sobre [quando você pagará pelos anúncios do Facebook](#).

Consulte suas cobranças

ArquivoEditarExibirHistóricoFavoritosFerramentasAjuda

Zimbra: Spam (1)Opções de pagamento ac...Formas de pagamento ac...+

https://www.facebook.com/business/help/311330675698510?helpref=faq_content

facebook para empresasCentral de Ajuda de AnúnciosComo podemos ajudar?

Página inicialAnúnciosPáginasCobrançaOtimizaçãoGerenciamentoInstagramCriar um anúncio

GERENCIAR+

CUPONS DE PUBLICIDADE+

DÉBITO DIRETO+

PAGAMENTOS MANUAIS-

Sobre pagamentos manuais

Pagamentos automáticos X pagamentos manuais

> Formas de pagamento manual aceitas

Configurar conta de anúncios para pagamentos manuais

Adicionar fundos ao seu saldo

Formas de pagamento aceitas para pagar os anúncios manualmente

Quando você cria pela primeira vez sua conta de anúncios do Facebook, a forma de pagamento adicionada determina a forma como você pagará pelos anúncios. Se você selecionar qualquer uma destas formas de pagamento nessa página, sua conta de anúncios será [configurada para pagamentos manuais](#). Isso significa que você adicionará manualmente fundos a um saldo pré-pago na sua conta de anúncios antes de veicular anúncios. Conforme você anunciar no Facebook, deduziremos dos fundos adicionados até uma vez por dia para pagar por seus anúncios.

Os métodos de pagamento manual disponíveis para você dependem da sua localização atual e da moeda. O país e a moeda da sua conta devem corresponder ao país e à moeda da forma de pagamento que você deseja usar. Atualmente suportamos os seguintes métodos de pagamentos manuais:

Forma de pagamento	Tipo	Moeda/moedas	País/países
Alipay	Carteira eletrônica	Yuan chinês (CNY)	China
Baloto	Dinheiro	Peso colombiano (COP)	Colômbia
BCP	Dinheiro/Transferência bancária	Sol peruano (PEN)	Peru
Boleto Bancário	Dinheiro	Real brasileiro (BRL)	Brasil
Cartões locais do Brasil	Cartão de crédito	Real brasileiro (BRL)	Brasil
Doku	Transferência bancária	Rupia indonésia (IDR)	Indonésia

Windows

PTB2

19:48

15/07/2019

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 10/02/2020 15:17:09

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

C O B R A N Ç A

Formas de pagamento de anúncios

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 10/02/2020 15:17:09

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Central de Ajuda de Anúncios

[Página inicial](#)[Anúncios](#)[Páginas](#)[Cobrança](#)[Otimização](#)[Gerenciamento](#)[Instagram](#)[Criar um anúncio](#)[> Opções de pagamento](#)[Várias formas de pagamento](#)

- Cartões de crédito e cartões de débito co-branded (American Express, Discover, MasterCard e Visa)
- PayPal
- Conta bancária (débito direto) em países qualificados
- Formas de pagamento manuais locais em alguns países e moedas

CUPONS DE PUBLICIDADE**DÉBITO DIRETO**

As formas de pagamento disponíveis para você variam dependendo do país e da moeda da sua conta de anúncios. Para ver uma lista completa de formas de pagamento disponíveis e informações relevantes sobre impostos em seu país, escolha seu país abaixo:

[A](#) [B](#) [C](#) [D](#) [E](#) [F](#) [G](#) [H](#) [I](#) [J](#) [K](#) [M](#) [N](#) [P](#) [Q](#) [R](#) [S](#) [T](#) [U](#) [V](#)**PAGAMENTOS MANUAIS****PAYPAL****BOLETO**[A](#)[África do Sul](#)[Albânia](#)[Alemanha](#)

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 10/02/2020 15:17:09

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Central de Ajuda de Anúncios



[Página inicial](#)

[Anúncios](#)

[Páginas](#)

[Cobrança](#)

[Otimização](#)

[Gerenciamento](#)

[Instagram](#)

[Criar um anúncio](#)

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 10/02/2020 15:17:09
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Central de Ajuda de Anúncios

[Página inicial](#)[Anúncios](#)[Páginas](#)[Cobrança](#)[Otimização](#)[Gerenciamento](#)[Instagram](#)[Criar um anúncio](#)[Inspiração](#)[Eventos](#)[Notícias](#)[Mapa do site](#)[Como desenvolver
anúncios](#)[Gere cadastros](#)[Impulsione as
vendas](#)[Conquiste fide-
lidade](#)[Gerencie sua Pa-
gina do Facebo-
ok](#)[Promova sua Pá-
gina](#)[Crie e impulsione
publicações do
Facebook](#)[Mensagens na
sua Página](#)[Informações da
Página](#)[Formatos de
anúncio](#)[Posicionamento
de anúncio](#)[Escolha seu pú-
blico](#)[Meça seus anún-
cios](#)[Como gerenciar
seus anúncios](#)[Dicas de publici-
dade](#)[Facebook Blue-
print](#)[Facebook for De-
velopers](#)[Facebook IQ](#)[Parceiros de
Marketing do Fa-
cebook](#)[Instagram para
Empresas](#)[Acesse a nossa
Página do Face-
book](#)[Suporte](#)[Português \(Brasil\)](#)[English \(US\)](#)[English \(UK\)](#)[Español](#)[Français \(France\)](#)[Español \(España\)](#)[Mais idiomas](#)[Facebook © 2019](#)[Sobre](#)[Desenvolvedores](#)[Carreiras](#)[Privacidade](#)[Cookies](#)[Termos](#)[Central de Ajuda](#)

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 10/02/2020 15:17:09

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

357.575.313 CNPJ/CPF informado não está cadastrado.[Consulta](#)[Cadastro](#)[Segurança](#)[Sair](#)

Consultar Situação do Fornecedor

Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa

☐ Pessoa Física ☐ Pessoa Jurídica

CNPJ

Razão Social

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

PESQUISAR**REALIZAR NOVA PESQUISA****VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL**



CNPJ/CPF informado não está cadastrado.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 10/02/2020 15:17:09
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

357.575.313 **Fornecedor não credenciado.**[Consulta](#)[Cadastro](#)[Segurança](#)[Sair](#)**Consultar Quadro e Participação Societária / Administrativa****Critérios de Seleção**

* Tipo de Consulta

☐ Quadro Societário / Administrativo de Fornecedor ☐ Participação de Sócio / Administrador PJ ☐ Participação de Sócio / Administrador PF

* CNPJ da Empresa

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

PESQUISAR**REALIZAR NOVA PESQUISA****VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL**



Fornecedor não credenciado.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 10/02/2020 15:17:09
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
13.347.016/0001-17
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
14/02/2011NOME EMPRESARIAL
FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
*****PORTE
DEMAISCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicaçãoCÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específicaCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária LimitadaLOGRADOURO
R LEOPOLDO COUTO DE MAGALHAES JUNIORNÚMERO
700COMPLEMENTO
ANDAR 1/5/6/9/14 E 15 EDIF INFINITYCEP
04.542-000BAIRRO/DISTRITO
ITAIM BIBIMUNICÍPIO
SAO PAULOUF
SPENDEREÇO ELETRÔNICO
TAXCOMPLIANCEBR@FB.COMTELEFONE
(11) 3073-6800ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
14/02/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 10/02/2020 15:17:09

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/02/2020** às **12:48:41** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 10/02/2020 15:17:09
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

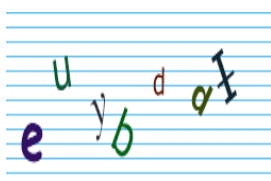
TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS



Emissão da Certidão Negativa de Débitos

☐ CPF ☒ CNPJ

13.347.016/0001-17



Escreva os caracteres da
imagem no campo ao lado

Obter nova imagem

Emitir

Base Legal: **Portaria CAT-135, de 18/12/2014**
(http://info.fazenda.sp.gov.br/NXT/gateway.dll/legislacao_tributaria/portaria_cat/pcat1352014.htm?f=templates&fn=default.htm&vid=sefaz_tributaria:vtribut)

Maiores informações podem ser obtidas em **Perguntas Frequentes** (<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/certidoes/Paginas/perguntas-frequentes.aspx>) no Portal da Fazenda.

Não foi possível emitir a Certidão Negativa. Favor dirigir-se ao seu Posto Fiscal.
(<http://www.fazenda.sp.gov.br/regionais/default.asp>)

Para mais informações acesse o Guia do Usuário, Certidões de Débitos não Inscritos
(http://www.fazenda.sp.gov.br/guia/certidoes/debitos_ao_inscritos.shtm), ou ligue para
0800-170-110 ou utilize o nosso Correio Eletrônico. (<https://www.fazenda.sp.gov.br/email/default2.asp>)

Data e hora da pesquisa 10/02/2020 12:55:49 (hora de Brasília)

Sistema disponível em dias úteis das 06:00 às 21:00 hrs

Este site é melhor visualizado com o Microsoft Internet Explorer 8 ou superior e / ou Google Chrome e Mozilla Firefox browsers.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.347.016/0001-17

Certidão nº: 4066936/2020

Expedição: 10/02/2020, às 12:46:46

Validade: 07/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
13.347.016/0001-17, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.347.016/0001-17
Razão Social: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA
Endereço: R LEOPOLDO COUTO DE MAGALHAES JUNIOR 700 5 ANDAR / ITAIM BIBI / SAO PAULO / SP / 04542-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/01/2020 a 18/02/2020

Certificação Número: 2020012002494353601504

Informação obtida em 10/02/2020 12:50:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 10/02/2020 15:17:09

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 10/02/2020 15:17:09
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 10/02/2020 13:52:21

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**
CNPJ: **13.347.016/0001-17**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0603916 - 2019

CPF/CNPJ Raiz: 13.347.016/

Contribuinte: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

Liberação: 17/09/2019

Validade: 15/03/2020

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 4.242.763-0- Inicio atv :14/02/2011 (R LEOPOLDO COUTO MAGALHAES JR., 700 - CEP: 04542-000)

CCM 4.591.200-9- Inicio atv :09/08/2012 (R LEOPOLDO COUTO MAGALHAES JUNIOR, 00700 - CEP: 04542-000 - Cancelado em: 18/06/2013)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. Certifico mais que constam débitos, com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 12:58:56 horas do dia 10/02/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 8D4E4342

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 10/02/2020 15:17:09

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019261/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 10/02/2020 15:17:09</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 10 de Fevereiro de 2020.

À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Segue pesquisa para contratação por inexigibilidade.

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS
SEÇÃO DE COMPRAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019263/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 10/02/2020 15:17:43</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 10 de Fevereiro de 2020.

**À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

Para informação.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019305/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 10/02/2020 15:32:57</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

INFORMAÇÃO n.º 08/2020 - PAD n.º 1.767/2020
Contratação do Facebook Serviços Online do Brasil LTDA
Inexigibilidade (Lei n.º 8.666/93, art. 25, caput).

Trata de solicitação da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial - ASCOM, solicitando Contratação do Facebook Serviços Online do Brasil LTDA (www.facebook.com) para veicular anúncios das campanhas da biometria do Tribunal Regional Eleitoral da Ceará (TRE-CE), no Facebook e no Instagram, conforme a justificativa apresentada no item 2 do Termo de Referência, Documento 13.015/2020.

O custo da assinatura pelo período de 1 (um) ano, corresponde a **R\$10.000,00 (dez mil reais)**, conforme Comunicação Interna, documento PAD n.º 19.123/2020.

A Lei n.º 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, autorizando, no art. 25, *caput*, a inexigibilidade da licitação **quando houver inviabilidade de competição**.

De acordo com referida lei, em casos de inexigibilidade, a licitação não tem condições de ser realizada, quer seja devido à singularidade do objeto a ser licitado, quer seja pela impossibilidade de se estabelecerem critérios objetivos para o seu julgamento.

No caso específico, temos configurada a inviabilidade de competição, em razão da empresa Facebook Serviços Online do Brasil LTDA **não ter concorrentes que se nivelem a ela quanto ao alcance das postagens**, em razão de o canal conta com 800 milhões de usuários em todo planeta. Ressalte-se que a comunicação, via página oficial do TRE-CE no Facebook e Instagram, que pertencem ao mesmo grupo, torna-se mais eficiente por conta da segmentação possibilitada pelo impulsionamento pago, conforme informação apresentada no item 3 do Termo de Referência, documento PAD n.º 13.015/2020.

Quanto à documentação da empresa **Facebook Serviços Online do Brasil LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.347.016/0001-17, encontra-se regularizada, com exceção da declaração da Lei nº 9.864/2019, que não foi apresentada, por impossibilidade de contato com responsável pela empresa. Toda a documentação foi retirada de sites da internet através do CNPJ da empresa conforme documentos PAD n.º 19.123/2020 e 19.261/2020.

Diante do exposto, consideramos cabível a presente contratação através de inexigibilidade de licitação (art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93), **desde que comprovada a existência de saldo orçamentário pela SOF**. Encaminhamos o expediente à consideração superior, anteriormente à ratificação do ato pela autoridade competente.

Fortaleza/CE, 11 de fevereiro de 2020.

Aliny Guerra Vale
Seção de Licitações



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 020057/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2020 14:19:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Fevereiro de 2020.

À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Para ciência e providências cabíveis.

ALINY GUERRA VALE
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 020076/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2020 14:24:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Fevereiro de 2020.

À
GABINETE DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Para informação quanto à disponibilidade orçamentária.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 020090/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2020 14:26:43</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Fevereiro de 2020.

À
ASSESSORIA DA DIRETORIA-GERAL

Reporta-se arrimo orçamentário suficiente na Ação 7832 (Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor), GND 3, para recepcionar a presente demanda.

Para providências.


IBERE COMIN NUNES
GABINETE DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital


As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 020220/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2020 15:20:58</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (art. 25, <i>caput</i>, da Lei n.º 8.666/1993)	Proc. PAD n.º 1.767/2019
--	--	---------------------------------

INFORMAÇÃO DA ASDIR

Sr(a). Diretor(a)-Geral,

Trata-se, em suma, da contratação do Facebook Serviços Online do Brasil LTDA (www.facebook.com) para veicular anúncios das campanhas da biometria do Tribunal Regional Eleitoral da Ceará (TRE-CE), no Facebook e no Instagram.

A Seção de Licitações manifestou-se favorável à contratação do referido serviço fundamentado no art. 25, caput da Lei n.º 8.666/93 (doc. n.º 20.057/2020).

É o breve relato.

De início, importante destacar o que preceitua o art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, *verbis*:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição”.

Por fim, essa informação segue o padrão adotado pela Portaria Diger n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios, conforme tabela que se segue:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	Pad nº 1767/2020
2. Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020
2.1. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (item 2). Além disso valor da contratação é compatível com a contratação anterior correspondente ao PAD nº 8923/2019
2.2. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)? Link: Guia Nacional de Licitações Sustentáveis	NÃO SE APLICA	
3. No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?	NÃO SE APLICA	
4. Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?	NÃO SE APLICA	
5. A administração averiguou a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do art. 25, I, da Lei n 8.666/93? (Orientação Normativa AGU nº 16, de 1º de abril de 2009)	NÃO SE APLICA	
6. Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico (arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, e § 9º, Lei 8.666/93)?	NÃO SE APLICA	

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006


Em: 13/02/2020 19:08:55

Por: LILIAN REBOUCAS DE ARAUJO e outro



6.1. No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?	NÃO SE APLICA	
7. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II e § 9º, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (art. 7º, §§ 1º e 9º, Lei 8.666/93)?	NÃO SE APLICA	
8. Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada (parágrafo único, III, art. 26, Lei nº 8.666/93)?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (item 2)
12. Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem (parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93)?	SIM	Doc PAD nº 13.015/2020 (item 3)
15. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?	SIM	Doc PAD nº 20220/2020
16. Constan as seguintes comprovações/declarações: a) de regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66); b) de regularidade com a Seguridade Social (INSS - art. 195, §3º, CF 1988); c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - art. 2º, Lei 9.012/95); d) de consulta ao CADIN (incis o III do art. 6º da Lei nº 10.522/02, STF, ADI n. 1454/DF); e) de regularidade trabalhista (Lei 12.440/11); f) declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99; e g) verificação de eventual proibição para contratar com a Administração? São sistemas de consulta de registro de penalidades: (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br); (b) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (http://portal2.tcu.gov.br); (c) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF; (d) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN; e (d) Conselho Nacional de Justiça - CNJ (http://www.cnj.jus.br).	SIM	Doc PAD nº 19.261/2019 OBS 1: Consta na certidão do Estado de São Paulo que "Não foi possível emitir a Certidão Negativa", tratando-se de serviço, tal certidão torna-se dispensável. OBS 2: Fornecedor não cadastrado no SICAF OBS 3: Ausência declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99. Em contato com a SCOMP fomos informados de que referido documento foi solicitado, mas a empresa não apresentou. Ante a urgência da contratação, patente em razão da proximidade do prazo final para o fechamento do cadastro eleitoral; e, sendo essa a única empresa capaz de realizar a divulgação na proporcionalidade necessária, sugere-se a dispensa do referido documento.
18. Foi juntada a minuta de termo de contrato, se for o caso.	SIM	Doc PAD nº 19.261/2020
19. Consta observação da SCI?	NÃO SE APLICA	

Esta Assessoria entende que a presente contratação é caracterizada pela inviabilidade e, portanto, pode ser efetivada de forma direta por inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei 8666/9.

 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/1993)	Proc. PAD n.º 1.767/2019
--	---	---------------------------------

Observa-se que a Lei nº 12.232/2010, que trata de publicidade, exige a contratação de agências de propaganda para os serviços lá descritos. Conforme doc PAD nº113.330/2019, o TRE-BA consultou a Zênite acerca da obrigatoriedade de sujeição às regras da Lei nº 12.232/2010 em contratação igual a que se analisa neste processo, tendo a Zênite informado que não incide a Lei nº 12.323/2010 “se a contratação de anúncios no facebook e twitter representar uma necessidade isolada e não envolver a elaboração dessas peças, entende-se não incidir a Lei nº 12.232/2010”.

Verifica-se na descrição do objeto no Termo de Referência que a atividade a ser contratada é a mera veiculação de anúncios, ou seja, não estamos diante de um “conjunto de atividades realizadas integradamente” (art. 2º Lei 12.232/10), pois o TRE-CE será responsável por preparar o material que será divulgado (item 4 do Termo de Referência).

Em relação ao pagamento, realizado antecipadamente, e, na medida em que veiculadas as postagens, trata-se de condição imposta pela empresa, como regra não permitida na seara pública, ocorre que excepcionalmente, considerando a necessidade da contratação, a falta de alternativas e o diminuto valor, há que se entender como caracterizada a exceção, cabendo a gestora fiscalizar a execução do serviço.

Merecem, ainda, ser destacados os seguintes pontos:

1. a importância da presente contratação para o projeto biometria, uma vez que a quantidade de cadastro biométrico dos eleitores de Fortaleza ainda está aquém da previsão inicial;

2. a inviabilidade de competição é patente, haja vista que a empresa Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. é detentora exclusiva do serviço de impulsionamento de mensagem nas mídias sociais Facebook e Instagram, as quais possuem amplo alcance no território nacional;

3. Uma vez que a empresa Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. é fornecedora exclusiva do serviço, esta impõe uma forma de contratação virtual, com termos já pré-fixados, dentre os quais o pagamento de créditos mensais, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), que são utilizados de acordo com o impulsionamento das mensagens. O serviço será verificado e controlado pela unidade demandante, a Assessoria de Comunicação, que deverá se manifestar mensalmente antes de renovar os créditos;

4. O serviço a ser contratado consiste tão somente no impulsionamento das mensagens que são produzidas e publicadas pela Assessoria de Comunicação no perfil institucional deste Tribunal, não se enquadrando na vedação da contratação por inexigibilidade de serviços de publicidade e divulgação; e

5. Este e outros Tribunais Eleitorais, o da Bahia e o Paraná, também contrataram por inexigibilidade o serviço de impulsionamento de mensagens fornecido exclusivamente pela empresa Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.

Ante todo o exposto, com fundamento no art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93, sugere-se a contratação direta da empresa Facebook Serviços Online do Brasil Ltda., nos termos propostos pela ASCOM.

À consideração superior.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

De acordo.

Roberta Martins de Castro
Assessor-Chefe da Asdir
Mat. n.º 77.056

Lílian Rebouças de Araújo
Analista Judiciário
Mat. n.º 77.412



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022271/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	LILIAN REBOUCAS DE ARAUJO <i>Assinado eletronicamente em 13/02/2020 19:08:55</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	ROBERTA MARTINS DE CASTRO <i>Assinado eletronicamente em 13/02/2020 19:10:54</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 1767/2020

DESPACHO

R. h.

Trata-se, em síntese, de expediente relativo à contratação do Facebook Serviços Online do Brasil LTDA (www.facebook.com) para veicular anúncios das campanhas da biometria do Tribunal Regional Eleitoral da Ceará (TRE-CE), no Facebook e no Instagram.

A Coordenadoria de Licitações (COLIC) e a Assessoria da Diretoria-Geral (ASDIR) opinaram pela contratação direta, tendo sido informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) a alocação de recursos.

Assim, verificando-se estar o procedimento em consonância com as disposições da Lei Complementar n.º 101/00, visto que presente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro (art.16, I e § 2º), bem como estando a despesa adequada aos limites do orçamento anual deste Tribunal (art.16, II e § 1º, I), além de compatível com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (art.16, II e § 1º, II), e, ainda, observada a conveniência e oportunidade da administração, **autorizo** a contratação, na qualidade de ordenador(a) de despesas por delegação (Portaria n.º 169/2019), por meio de inexigibilidade, com amparo no art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, adotando, como razões de decidir, as manifestações prestadas pela SELIC, SOF e ASDIR, *ex vi* art. 50, §1º, da Lei n.º 9.784/99.

À SOF para emissão do empenho, após, à COLIC, para publicação do extrato de inexigibilidade.

Em seguida, à ASCOM para assinatura eletrônica dos termos do contrato de adesão e emissão do boleto, devendo anexar neste PAD o documento que formalizou a contratação.

Fortaleza(CE), data registrada no sistema.


Diretor-Geral [assinatura no sistema]



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022280/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 13/02/2020 19:13:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Simplex Nacional - Consulta Optantes



Data da consulta: 14/02/2020

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **13.347.016/0001-17**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)


Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022535/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 14/02/2020 10:05:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PAD nº 8.923/2019

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do trâmite de pagamento do serviço para impulsionamento de conteúdo nas redes sociais para ampliar a divulgação dos trabalhos de recadastramento biométrico no município de Fortaleza através do portal Facebook.

Dessarte, apresentou-se boleto emitido pelo Facebook, no valor de R\$ 2.000,00 (doc. PAD nº 119.929/2019).

Ocorre que, por se tratar de pagamento de fornecedor não optante pelo SIMPLES Nacional (doc. PAD nº 120.262/2019), o referido faturamento deverá ter incidência de retenção de percentual relativo aos tributos federais incidentes no serviço a ser prestado a este órgão, cabendo o boleto apresentado destacar a tributação devida, sendo o valor líquido apresentado em código de barras, fato esse não ocorrido.

Esta SOF tentou, sem sucesso, contato telefônico com o fornecedor a fim de verificar a possibilidade de emissão de boleto na forma apropriada ou, mesmo, pagamento mediante com crédito em conta a ser discriminada pelo favorecido.

Nesse íterim, esta SOF manteve contato com o setor financeiro do TRE-BA e TRE-PR que se encontrariam em estágio mais avançado na utilização da ferramenta Facebook em seus ciclos de recadastramento biométrico.

O TRE-BA aclarou que o pagamento encontra-se pendente, pelos mesmos motivos apresentados por este TRE-CE e o TRE-PR afirmou que o pagamento fora efetuado pelo valor bruto do boleto, sem destaque da tributação incidente.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Dessa forma, dada a excepcionalidade da demanda e a premência pelo uso da referida ferramenta de mídia social para alavancar o montante de atendimento de eleitores no cadastramento biométrico em Fortaleza, vislumbra-se, como paliativo ao deslinde da situação, o recolhimento tributário apartado do valor do boleto, com o necessário empenhamento dessa despesa.

Atenciosamente,


Iberê Comin Nunes
Secretário



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 120309/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 06/08/2019 16:05:43</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 6 de Agosto de 2019.

À
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ref. PAD 8.923/2019.

Ciente.

Considerando o impasse narrado pela SOF (DOC 120.309/2019), a necessidade e interesse públicos na contratação a fim de impulsionar a divulgação da biometria em Fortaleza, projeto de envergadura diante do pequeno gasto previsto para a contratação, bem como premido pela correta salvaguarda das obrigações tributárias deste Regional, autorizo os recolhimentos compulsórios na forma sugerida no DOC PAD 120.309/2019, o que importa majoração de 9,45% (nove vírgula quarenta e cinco por cento) no valor contratado por inexigibilidade de licitação.

Para ciência e demais providências, inclusive ajustes no empenhamento.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 120407/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 06/08/2019 16:46:40</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2020.

**À
DIRETORIA-GERAL**

Senhor Diretor-Geral,

Porquanto manter-se situação apontada por esta SOF através dos docs. PAD nº 225352020 c/c 120309/2019, encaminha-se para autorização de empenhamento de despesa tributária, no valor de R\$ 945,00, nos mesmos moldes de autorização proferida por essa DAGER, em objeto de despesa idêntico conforme doc. PAD nº 120407/2019.

Atenciosamente,


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022560/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 14/02/2020 10:11:32</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2020.

À
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ref. PAD 1.767/2020.

Acolho a sugestão dessa Secretaria (DOC PAD 22.560/2020), mantendo-se a mesma rotina já adotada na contratação anterior.

Para empenhamento.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022592/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 14/02/2020 10:22:18</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2020.

À
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para empenhamento da despesa com divulgação e, bem como, da despesa tributária.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022636/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 14/02/2020 10:47:45</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 14Fev20 NUMERO: 2020NE000202 ESPECIE: ORIGINAL
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CNPJ : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080

CREDOR : 13347016/0001-17 - FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
ENDERECO : LEOPOLDO COUTO DE MAGAL 700 ANDAR 1/5/6/9/14 ITAIM BIBI
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 04542-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

2020NECT - CONTRATAÇÃO DO FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA P/ VEICULAR
ANÚNCIOS DAS CAMPANHAS DA BIOMETRIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
(TRE/CE) NO FACEBOOK E NO INSTAGRAM.

CLASS : 1 14101 02126003378320001 167866 0100000000 339039 000000 REV SERVIC
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: PAD 1767/20
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SP / 7107
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 2.000,00

DOIS MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 92 -SERVICOS DE PUBLICIDADE INSTIT

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	2.000,00
			VALOR DO SEQ. :	2.000,00

CONTRATAÇÃO DO FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA (WWW.FACEBOOK.COM) PARA
VEICULAR ANÚNCIOS DAS CAMPANHAS DA BIOMETRIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
CEARÁ (TRE-CE),NO FACEBOOK E NO INSTAGRAM, ATRAVÉS DE IMAGENS (1080 X 1080 PX)
E VÍDEOS DE ATÉ 1 MINUTO DE DURAÇÃO,TEMPO MÁXIMO DE VÍDEO NO FEED DO INSTAGRAM

T O T A L : 2.000,00

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR



IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022989/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 07:45:56</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 13:05:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 14Fev20 NUMERO: 2020NE000203 ESPECIE: ORIGINAL
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CNPJ : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080

CREDOR : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

2020NECT - DESPESA REFERENTE AOS TRIBUTOS FEDERAIS INCIDENTES NO SERVIÇO PRES-
TADO PELO FACEBOOK PARA VEICULAR ANÚNCIOS DAS CAMPANHAS DA BIOMETRIA DO TRE/CE

CLASS : 1 14101 02126003378320001 167866 0100000000 339047 000000 REV SERVIC
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: PAD 1767/20
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SP / 7107
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 945,00

NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339047 SUBITEM: 03 -IMPOSTO DE RENDA

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	480,00
			VALOR DO SEQ. :	480,00

DESPESA REFERENTE AO TRIBUTO FEDERAL(IMPOSTO DE RENDA -IR) INCIDENTE NO SERVI-
ÇO PRESTADO PELO FACEBOOK PARA VEICULAR ANÚNCIOS DAS CAMPANHAS DA BIOMETRIA DO
DO TRE/CE.

ND: 339047 SUBITEM: 13 -CONTRIBUICAO SOCIAL S/ LUCRO

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	100,00
			VALOR DO SEQ. :	100,00

DESPESA REFERENTE AO TRIBUTO FEDERAL(CSLL) INCIDENTE NO SERVIÇO PRESTADO PELO
FACEBOOK PARA VEICULAR ANÚNCIOS DAS CAMPANHAS DA BIOMETRIA DO TRE/CE.

SUBTOTAL	:	580,00
----------	---	--------

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSAO : 14Fev20 NUMERO: 2020NE000203 PROCESSO: PAD 1767/20
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CREDOR : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339047 SUBITEM: 11 -COFINS

SEQ.: 3	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	300,00
			VALOR DO SEQ. :	300,00

DESPESA REFERENTE AO TRIBUTO FEDERAL(CONFINS) INCIDENTE NO SERVIÇO PRESTADO PELO FACEBOOK PARA VEICULAR ANÚNCIOS DAS CAMPANHAS DA BIOMETRIA DO TRE/CE.

ND: 339047 SUBITEM: 12 -CONTRIBUICAO P/ O PIS/PASEP

SEQ.: 4	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	65,00
			VALOR DO SEQ. :	65,00

DESPESA REFERENTE AO TRIBUTO FEDERAL(PIS/PASEP) INCIDENTE NO SERVIÇO PRESTADO PELO FACEBOOK PARA VEICULAR ANÚNCIOS DAS CAMPANHAS DA BIOMETRIA DO TRE/CE.

T O T A L :	945,00
-------------	--------

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR



IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022990/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 07:46:09</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 13:05:27</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2020.

À
DIRETORIA-GERAL

Para assinatura dos empenhos emitidos e, empós, enviar à COLIC.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 023169/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 07:49:11</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2020.

À
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ref. PAD 1.767/2020.

Assinadas as notas de empenho.

Entretanto, mantendo o paralelismo com a nota de empenho relativa aos encargos tributários, bem como considerando que o empenhamento se fez na modalidade global, solicito que seja reforçada a 2020NE202, para que corresponda ao total estimado para a contratação.

Assim providenciado, retorne-se.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 023437/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 13:13:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2020.

À
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para reforço em monta de R\$ 8.000,00 do empenho 2020NE000202.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 023512/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 13:50:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSOR : 17Fev20 NUMERO: 2020NE000204 ESPECIE: REFORCO 2020NE000202
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CNPJ : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080
CREDOR : 13347016/0001-17 - FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
ENDERECO : LEOPOLDO COUTO DE MAGAL 700 ANDAR 1/5/6/9/14 ITAIM BIBI
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 04542-000
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
REFORÇO DA NE 202/20 CONFORME SOLICITADO PELO DIRETOR GERAL NO DOC PAD Nº
023437/2020.

CLASS : 1 14101 02126003378320001 167866 0100000000 339039 000000 REV SERVIC
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: PAD 1767/20
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SP / 7107
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR REFORCO : 8.000,00

OITO MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 92 -SERVICOS DE PUBLICIDADE INSTIT

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	8.000,00
			VALOR DO SEQ. :	8.000,00

CONTRATAÇÃO DO FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA (WWW.FACEBOOK.COM) PARA
VEICULAR ANÚNCIOS DAS CAMPANHAS DA BIOMETRIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
CEARÁ (TRE-CE),NO FACEBOOK E NO INSTAGRAM, ATRAVÉS DE IMAGENS (1080 X 1080 PX)
E VÍDEOS DE ATÉ 1 MINUTO DE DURAÇÃO,TEMPO MÁXIMO DE VÍDEO NO FEED DO INSTAGRAM

T O T A L : 8.000,00

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR



IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 023556/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 18:18:33</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 18:20:24</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 17 de Fevereiro de 2020.

À
DIRETORIA-GERAL

Para assinatura do empenho emitido e, em pó, enviar à COLIC.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 023961/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 17/02/2020 18:18:59</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



lotada na Seção de Administração Predial – SAPRE. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 13 de fevereiro de 2020.

DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE

LOTAÇÃO FUNCIONAL

PORTARIA N.º 140/2020 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XLVIII do artigo 23 do Regimento Interno deste Tribunal, CONSIDERANDO o disposto no Processo Administrativo Digital n.º 1.390/2020, RESOLVE lotar na Seção de Auditoria Interna – SEAUD o servidor **ANTÔNIO SALES RIOS NETO**, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente deste Tribunal, anteriormente lotado na Coordenadoria Contábil e Financeira – CCOFI. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 11 de fevereiro de 2020.

DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE

PORTARIA TRE/CE Nº 147/2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXVIII do Regimento Interno deste Tribunal, com base na Lei nº 8.112/90 e Portaria TRE/CE nº 323, de 4/6/2003, RESOLVE, com efeitos a partir de 02 de março de 2020:

I - Exonerar **MÁRCIO JUCÁ JEREISSATI**, sem vínculo efetivo com a Administração Pública, do cargo comissionado de Coordenador, nível CJ-2, da Coordenadoria de Infraestrutura Predial, da Secretaria de Administração;

II - Dispensar **GLADSTONE FAÇANHA BARBOSA LIMA**, Técnico Judiciário do Quadro Permanente deste Regional, da função comissionada de Chefe, nível FC-6, da Seção de Arquitetura e Engenharia, e nomeá-lo para exercer o cargo comissionado de Coordenador, nível CJ-2, da Coordenadoria de Infraestrutura Predial, da Secretaria de Administração;

III - Dispensar **IVO ALMINO GONDIM**, Analista Judiciário do Quadro Permanente deste Regional, da função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da Seção de Arquitetura e Engenharia, e designá-lo para exercer a função comissionada de Chefe, nível FC-6, da Seção de Arquitetura e Engenharia, da Secretaria de Administração;

IV - Designar **FREDERICO JOSÉ REZENDE VIEIRA**, Analista Judiciário do Quadro Permanente deste Regional, para exercer a função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da Seção de Arquitetura e Engenharia, da Secretaria de Administração.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2020.

Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL

Atos do Diretor Geral

Avisos

AVISO DE LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÕES

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 09/2020. Objeto: serviços de filmagem e serviços fotográficos, conforme especificações do Edital e seus anexos. Edital disponível a partir do dia 20/02/2020. Entrega das Propostas a partir de 20/02/2020. Abertura das Propostas: 11/03/2020, às 14:00h. Local: sítio eletrônico comprasgovernamentais.gov.br. Fortaleza, 19/02/2020.

Atos Diversos

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

Inexigibilidade. Objeto: Contratação do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda (www.Facebook.com) para veicular anúncios das campanhas da Biometria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE_CE), no Facebook e no Instagram, através de Imagens (1080 x 1080 px) e vídeos de até 1 minuto de duração, tempo máximo de vídeo no Feed do Instagram. Contratada: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA, CNPJ: 13347016/0001-17. Valor: R\$ 8.000,00. Fundamento: art. 25, Caput, da Lei n.º 8.666/93 e Processo PAD n.º 1767/2020. Ratificado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. Data: 17/02/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO**TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato N.º 46/2017 celebrado com a empresa EXCIMER TECNOLOGIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES. Objeto: visa prorrogar o Contrato n.º 46/2017, por 12(doze) meses, a partir de 11 de julho de 2020. Fundamento: art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 c/c Cláusula Décima do Contrato n.º 46/2017 e no PAD n.º 492/2020. Assinam, pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela empresa, Sérgio Antônio Leitão do Vale. DATA: 12/02/2020

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 70/19**

Pregão Eletrônico n.º 70/19. Processo n.º 18.385/2019. Objeto: o registro de preços, pelo prazo de 12 meses, para eventual aquisição de material de manutenção de condicionadores de ar, conforme quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência. O objeto foi adjudicado às empresas: REFRIGERAÇÃO FLORA LTDA, CNPJ: 05.780.938/0001-95, item 9, R\$ 1.499,87; item 13: R\$ 23,94 e item 14: R\$43,10; CM DOS S CAMELO COMÉRCIO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, CNPJ: 22.352.565/0001-70, item 1: R\$ 428,44; item 2: R\$ 419,92; item 3: R\$ 491,90; item 4: R\$ 612,67; item 5: R\$ 599,50; item 6: R\$ 697,50; item 7: R\$ 1.187,35; item 8: R\$ 1.456,91; item 11: R\$ 448,33 e item 15: R\$ 29,42; W.A RODRIGUES DA SILVA, CNPJ: 33.862.018/0001-51, item 16: R\$ 119,75; item 17: R\$ 190,60; item 18: R\$ 117,39 e item 19: R\$ 409,43. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data: 18/02/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA**Coordenadoria de Sessões e Jurisprudência****Acórdãos****ACÓRDÃO(S)****EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL N° 3378-84.2010.6.06.0018**

ORIGEM: FORTALEZA-CE

RELATOR(A): JUÍZA KAMILE MOREIRA CASTRO

EMBARGANTE(S)(S): ANTONIO BENJAMIM DE OLIVEIRA FILHO

ADVOGADOS(S): CARLOS CELSO CASTRO MONTEIRO - OAB: 10566/CE

ADVOGADO(S): FREDERICO LANDIM DE CARVALHO BARBOSA TEIXEIRA - OAB: 33.396/CE, FRANCISCO GONÇALVES DIAS - OAB: 10416/CE

EMBARGADO(S)(S): UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. CITAÇÃO INVÁLIDA. IMPROCEDÊNCIA. ATO PRATICADO POR JUIZ INCOMPETENTE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. VALIDAÇÃO DE ATOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1 - Os presentes embargos de declaração alegam vício de omissão no Acórdão ao argumento de que esta Corte na apreciação da prescrição intercorrente não levou em consideração que a citação da execução, a penhora e todos os atos judiciais foram praticados por juiz incompetente, qual seja, o juiz estadual/federal.

2 - O Tribunal Regional Federal da 5ª R (fls. 86/90 e 99/102), ao acolher a tese de que a competência seria da Justiça Eleitoral, anulando tão somente a sentença de fls. 44/45, proferida pelo Juiz Estadual na função federal, manteve todos os demais atos processuais, incluindo a citação.

3 - Nem nas decisões da Justiça Federal, nem nas da Justiça Eleitoral consta que, além da sentença, qualquer outro ato processual estava anulado. É que na forma do art. 64, §4º, do CPC "*Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.*"

4 - Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

5 - O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

6- Embargos rejeitados.

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, por unanimidade, em conhecer e negar provimento aos embargos, nos termos do voto do(a) Relator(a). Absteve-se de votar o juiz Francisco Érico Carvalho Silveira, em virtude de não haver participado do julgamento do recurso eleitoral em sessão de 08/10/2019.

DATA DO JULGAMENTO: 18/02/2020

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL N° 3400-45.2010.6.06.0018

ORIGEM: FORTALEZA-CE

RELATOR(A): JUÍZA KAMILE MOREIRA CASTRO

EMBARGANTE(S)(S): ANTONIO BENJAMIM DE OLIVEIRA FILHO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 026159/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 20/02/2020 14:02:10</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018 - UASG 090027**

Número do Contrato: 2/2018.

Nº Processo: 0026687-12.2017.

PREGÃO SISPP Nº 64/2017. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. CNPJ Contratado: 07094346000145. Contratado: G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - Objeto: Alterar o preâmbulo e o subitem 18.2.1 objetivando atualizar o endereço e o telefone e prorrogar a vigência por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993. Vigência: 23/02/2020 a 23/02/2021. Valor Total: R\$564.681,92. Data de Assinatura: 12/02/2020.

(SICON - 19/02/2020) 090027-00001-2020NE800014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 10/2015 - UASG 090027

Número do Contrato: 9/2015.

Nº Processo: 0001002-08.2014.

DISPENSA Nº 103/2014. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. CNPJ Contratado: 26444653000153. Contratado: ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE - EDUCACAO FISICA ESPECIAL. Objeto: Alterar o subitem 13.1 e os Anexos II e III, objetivando reequilibrar o valor do contrato com efeitos financeiros a partir de 01/10/2019. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993. Vigência: 13/02/2020 a 01/03/2020. Valor Total: R\$75.081,56. Data de Assinatura: 13/02/2020.

(SICON - 19/02/2020) 090027-00001-2020NE800014

RESULTADO DE JULGAMENTO**PREGÃO Nº 7/2020**

O TRF 1ª Região torna público que o Pregão em epígrafe, cujo objeto é o fornecimento dos serviços de recepcionistas, por demanda, para eventos realizados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi homologado pelo Senhor Diretor Substituto da Secretaria de Gestão Administrativa, José Galébio de Aguiar Rocha. Empresa Vencedora: SS2 PRODUÇÕES DE EVENTOS EIRELI, CNPJ: 25.272.324/0001-00, que ofertou o valor unitário de R\$ 89,99, para o item 1, conforme Termo de homologação 9803694, constante do PAe/SEI 0022261- 83.2019.4.01.8000. Ressalta-se que os autos encontram-se com vistas franqueada a todos os interessados.

ELIZETE FERREIRA COSTA

Pregoeira

(SIDE - 19/02/2020) 090027-00001-2020NE800008

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2020 - UASG 90028**

Nº Processo: EOF-2019/376. Objeto: Fornecimento e a instalação de condicionadores de ar tipo fan coil, de 15 e 25 TRs, para o complexo predial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua Acre nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ, através do Sistema de Registro de Preços.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 20/02/2020 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua Acre nº 80, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/90028-5-00019-2020. Entrega das Propostas: a partir de 20/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/03/2020 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

FRANCISCO LUIS DUARTE

Pregoeiro

(SIASGnet - 18/02/2020) 90028-00001-2020NE000298

AVISO DE REVOGAÇÃO**PREGÃO Nº 147/2019**

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº TRF2-EOF-2019/169. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de impressoras multifuncionais coloridas A4, através do Sistema de Registro de Preços.

MARIA LUCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO

Diretora Geral

(SIDE - 19/02/2020) 090028-00001-2020NE000298

SECRETARIA-GERAL**EXTRATO DE CONTRATO**

Contratante: TRF-2ª RG; Contratada: Netware Telecomunicações e Informática Eireli - EPP.; Objeto: Prestar serviços especializados em manutenção preventiva, preditiva e corretiva de todo o Sistema de CFTV do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e do Centro Cultural Justiça Federal, com fornecimento de peças; Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Decreto nº 10.024/19; Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 114/2019; Crédito Orçamentário: Elemento de Despesa: 33.90.39.17; Programa de Trabalho: 02.061.0033.4257.6013; Valor Global Estimado do Contrato é de R\$ 33.264,00 (trinta e três mil, duzentos e sessenta e quatro reais); Data da assinatura: 14/02/2020; Proc. n.º TRF2-EOF-2019/00322; Contrato nº 011/2020.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de empenho: 2020NE000268, emitida em 12/02/2020. Contratante: TRF- 2ªRG. Contratada: S. Y. L. LOUREIRO - ME. Objeto: Aquisição de material de consumo para processamento de dados (Ata 06/2020). Modalidade de Licitação: Lei nº 10.520/02 c/c Decretos 5.450/05 e 7.892/13. Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 02061003342576013. Elemento de despesa: 339030. Valor total do empenho: R\$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais). Proc. nº TRF2-EOF-2019/00350.01.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: TRF-2ª RG; Contratada: Scansystem Ltda.; Objeto do 2º Termo Aditivo: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato original por mais 12 (doze) meses e rever os valores inicialmente pactuados; Fundamento Legal: Art. 57, § 1º, II da Lei nº 8.666/93; Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 02.061.0569.4257.6013; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.17; Data da assinatura: 10/02/2020; Proc. n.º TRF2-EOF-2017/00338; Contrato n.º 032/2018.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

"O Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, comunica que foi ratificada a inexigibilidade de licitação, para cessão de uso de área deste Tribunal ao Banco do Brasil S.A, CNPJ 00.000.000/0001-91, pelo prazo de 60 meses, através do Processo nº TRF2-EOF-2019/00277, no valor mensal de R\$ 9.961,91"

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO

Diretora Geral

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo nº 0025891-30.4.03.8000; Espécie: Termo Aditivo nº 04.012.13.2019 ao Contrato nº 04.012.10.2019; Contratante: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, CNPJ nº 59.949.362/0001-76; Contratada: BRITÂNICA ADMINISTRAÇÃO & TERCEIRIZAÇÃO - EIRELI, CNPJ nº 02.908.313/0001-78; Objeto: adequação da planilha de custos e formação de preços, referentes às horas noturnas trabalhadas, vinculadas à presente contratação, para atender as necessidades da Administração; Fundamento Legal: art. 65, inciso I, alínea "a" da Lei 8666/93; Data de assinatura: 18/02/2020; Vigência: a partir de sua assinatura; Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 007/2019; Signatários: pelo Contratante: Therezinha Astolphí Cazerta, Desembargadora Federal Presidente, e pela Contratada, Sr. João Rafael Pinto Fernandes, Diretor.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020 - UASG 70007**

Nº Processo: 9123/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de filmagem e serviços fotográficos, conforme as especificações do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 20/02/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Jaime Benevolto 21 - Centro, Centro - Fortaleza/CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70007-5-00009-2020. Entrega das Propostas: a partir de 20/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/03/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO

Pregoeira

(SIASGnet - 19/02/2020) 70007-00001-2020NE000001

DIRETORIA-GERAL**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

Espécie: Inexigibilidade. Objeto: Contratação do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda (www.facebook.com) para veicular anúncios das campanhas da Biometria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE_CE), no Facebook e no Instagram, através de Imagens (1080 x 1080 px) e vídeos de até 1 minuto de duração, tempo máximo de vídeo no Feed do instagram. Contratada: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA, CNPJ: 13347016/0001-17. Valor: R\$ 8.000,00. Fundamento: art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/93 e Processo PAD nº 1767/2020. Ratificado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. Data: 17/02/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2017 celebrado com a empresa EXCIMER TECNOLOGIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES. Objeto: visa prorrogar o Contrato nº 46/2017, por 12(doze) meses, a partir de 11 de julho de 2020. Fundamento: art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 c/c Cláusula Décima do Contrato nº 46/2017 e no PAD nº 492/2020. Assinam, pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela empresa, Sérgio Antônio Leitão do Vale. DATA: 12/02/2020.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/19**

Espécie: Pregão Eletrônico nº 70/19. Processo nº 18.385/2019. Objeto: o registro de preços, pelo prazo de 12 meses, para eventual aquisição de material de manutenção de condicionadores de ar, conforme quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência. O objeto foi adjudicado às empresas: REFRIGERAÇÃO FLORA LTDA, CNPJ: 05.780.938/0001-95, item 9, R\$ 1.499,87; item 13: R\$ 23,94 e item 14: R\$43,10; CM DOS S CAMELO COMÉRCIO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, CNPJ: 22.352.565/0001-70, item 1: R\$ 428,44; item 2: R\$ 419,92; item 3: R\$ 491,90; item 4: R\$ 612,67; item 5: R\$ 599,50; item 6: R\$ 697,50; item 7: R\$ 1.187,35; item 8: R\$ 1.456,91; item 11: R\$ 448,33 e item 15: R\$ 29,42; W.A RODRIGUES DA SILVA, CNPJ: 33.862.018/0001-51, item 16: R\$ 119,75; item 17: R\$ 190,60; item 18: R\$ 117,39 e item 19: R\$ 409,43. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE.

Em 18 de fevereiro de 2020.

HUGO PEREIRA FILHO

Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 05/2020, firmado em 18/02/2020, com a JBS Reformas em Geral Ltda (CNPJ: 01.725. 711/0001-96); Objeto: a prestação de serviços de pintura de parede e tetos, a serem executados no Tribunal Regional Eleitoral; Fundamento legal: Pregão Eletrônico nº 16/2019; Processo: 0007112-05.2019.6.07.8100; Vigência: 12 (doze) meses; Valor: R\$ 20.771,60; Signatários: Des.ª Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias, Presidente do TRE-DF, Sr. João Batista da Silva.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2020 - UASG 70023**

Nº Processo: PAD 9879/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação de veículos com condutor para atender demanda do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás conforme prescrições, exigências e descrições previstas no termo de referência anexo ao Edital.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 20/02/2020 das 09h00 às 17h59. Endereço: Praça Cívica, 300 - Centro, - Goiânia/GO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70023-5-00005-2020. Entrega das Propostas: a partir de 20/02/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/03/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CRISTINA TOKARSKI PERSIJUN

Secretária de Administração e Orçamento

(SIASGnet - 19/02/2020) 70023-00001-2020NE000039

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**Em: 20/02/2020 14:03:04****Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA**



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 026161/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 20/02/2020 14:03:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.